

## ANÁLISE CRÍTICA DA NOÇÃO DE POLICENTRISMO: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA CENTRALIDADE EM CIDADES MÉDIAS\*

Heloísa Mariz Ferreira\*\*

Universidade Estadual Paulista

**Resumo:** Neste artigo, analisamos o uso da noção de policentrismo, considerando concepções parcialmente divergentes, para compreensão do processo que, em distintas escalas, abarca elementos universais e particulares, em função, respectivamente, do incremento da centralização do capital, com novas escalas de atuação, e dinâmicas próprias das dimensões regional, metropolitana e intraurbana, o que exige, por estas razões, procedimentos metodológicos não coincidentes. Tendo como recorte de análise as cidades médias e defendendo o uso da noção para compreensão da centralidade em tais espaços, destacamos o surgimento de novas áreas centrais, que implicam complexificação da estrutura espacial, da hierarquia da centralidade intraurbana e das relações entre os espaços de consumo, apreendidas por meio da análise da concentração de atividades comerciais e de serviços, complexidade do capital das empresas e análise de entrevistas com cidadãos, que denunciam novas lógicas econômicas e redefinição de práticas espaciais de consumo.

**Palavras-chave:** Policentrismo; centro; centralidade; cidades médias.

### CRITICAL ANALYSIS OF THE NOTION OF POLICENTRISM: A CONTRIBUTION TO THE STUDY OF CENTRALITY IN INTERMEDIATED CITIES

**Abstract:** In this article, we analyze the use of the notion of polycentrism, considering partially divergent conceptions, to understand the process that, at different scales, embraces universal and particular elements, as a function of, respectively, the increment of centralization of capital, with new scales of performance, and own dynamics of regional, metropolitan and intra-urban dimensions, which, for these reasons, requires non-coincident methodological procedures. Taking the cut of analysis the intermediated cities and defending the use of notion to understand centrality in such spaces, we highlight the emergence of new central areas, which implicate the complexity of the spatial structure, the hierarchy of intra-urban centrality and the relations between spaces of consumption, apprehended by analyzing the concentration of commercial activities and services, complexity of capital of companies and analysis of interviews with the townspeople, denouncing new economic logics and redefining spatial practices of consumption. **Keywords:** Polycentrism. Centre. Centrality. Intermediated cities.

### ANÁLISIS CRÍTICO DE LA NOCIÓN DE POLICENTRISMO: UNA CONTRIBUCIÓN AL ESTUDIO DE LA CENTRALIDAD EN CIUDADES MEDIAS

**Resumen:** En este artículo, analizamos el uso de la noción de policentrismo, considerando concepciones parcialmente divergentes, para la comprensión del proceso que, en distintas escalas, abarca elementos universales y particulares, en función, respectivamente, del incremento de la centralización del capital, con nuevas escalas de actuación, y dinámicas propias de las dimensiones regional, metropolitana e intraurbana, lo que exige, por estas razones, procedimientos metodológicos diferenciados. Teniendo como delimitación de análisis las ciudades medias y defendiendo el uso de la noción para la comprensión de centralidad en tales espacios, destacamos el surgimiento de nuevas áreas centrales, que complejizan la estructura espacial, de la jerarquía de la centralidad intraurbana y de las relaciones entre los espacios de consumo, captados por medio del análisis de la concentración de actividades comerciales y de servicios, complejidad del capital de las empresas y el análisis de entrevistas con ciudadanos, que denuncian nuevas lógicas económicas y la redefinición de prácticas espaciales de consumo.

**Palabras clave:** Policentrismo. Centro. Centralidad. Ciudades medias.

\*O artigo é resultante da pesquisa "O centro consolidado e o centro principal nas cidades policêntricas: transformações e permanências em Marília, Presidente Prudente e São Carlos-SP", financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2016/03757-3.

\*\*Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente. Endereço: Rua Roberto Simonsen, 305, Presidente Prudente-SP. E-mail: heloisamariz@gmail.com

## Introdução

A noção de policentrismo tem sido largamente utilizada nas últimas décadas, em pesquisas voltadas a distintas escalas da produção do espaço, mas, sobretudo, estudos regionais, a partir de análises da complexificação de relações entre centros urbanos<sup>1</sup>.

Acreditando que a noção pode ser também profícua à compreensão da centralidade intraurbana de cidades médias, baseando-nos na apreensão de mudanças importantes na complementaridade, concorrência (WHITACKER, 2017) e subordinação entre áreas centrais, realizamos revisão crítica da produção acadêmica acerca de policentrismo, no intuito de depreendemos o que se mostra universal e particular a este processo quando transcorrido em diferentes escalas geográficas.

Isso porque o policentrismo está inserido num contexto mais amplo de multiescalaridade dos processos, em função da expansão das escalas de atuação de grandes grupos econômicos (BRENNER, 1998), que implicaram mudanças tanto na rede urbana como nos espaços intraurbanos, o que articula reestruturações espaciais entre duas dimensões, a partir de novos papéis e funções conferidos às cidades na divisão interurbana do trabalho, como assinalou Sposito (2001).

No caso das cidades médias, que constituem nosso recorte territorial de estudo, isso significou maiores investimentos privados, a partir de: novos produtos imobiliários, tais como grandes equipamentos comerciais e de serviços; implantação de hipermercados; e instalação de filiais e franquias, em associação, neste último caso, a capitais locais. São ilustrativas as pesquisas realizadas a este respeito por Gomes (2017), Engel (2015), Montessoro (1999), Porto-Sales (2014) e Silva (2017).

As grandes superfícies comerciais e de serviços estão situadas na periferia e em áreas pericentrais em processo de reestruturação espacial, que abrange novas lógicas econômicas de empresas, especialmente no que se refere a grandes grupos, com localização de suas unidades em novos espaços de consumo e, em menor medida, no centro da cidade, no caso das três cidades que analisamos (Marília, Presidente Prudente e São Carlos) e que serviram ao cotejar entre teoria e empiria.

Essas dinâmicas impulsionam redefinição das práticas espaciais de consumo, não somente com a emergência de novas áreas centrais, enquanto novas opções, acessíveis ou não a todos os cidadãos, mas também porque, contemporaneamente, tais práticas se fazem, principalmente para setores de altos rendimentos,

enquanto meio de distinção social, o que implica segmentação socioespacial dos espaços de consumo e, por vezes, em fragmentação socioespacial.

A estrutura espacial dessas cidades exibe, então, maior complexificação, com a emergência de novas áreas centrais, que, em combinação a outras já existentes, exercem relações de concorrência, complementaridade (WHITACKER, 2017) e subordinação ao centro, o que nos permite abordar a temática do policentrismo por meio delas, que ostentam ritmos distintos do processo.

Isso porque, embora Marília, Presidente Prudente e São Carlos estejam situadas no estado de São Paulo e apresentem portes demográficos semelhantes, com população urbana, segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 207.373 habitantes, 203.370 e 213.070, respectivamente, exercem papéis e funções distintos na rede urbana, em razão de suas situações geográficas.

Marília e Presidente Prudente estão situadas na Região Oeste, porção menos densa do estado, no que se refere à presença de importantes centros urbanos, e São Carlos está localizada na parcela Leste, onde estão também presentes cidades de relevantes papéis e funções na rede urbana, como Araraquara e Ribeirão Preto, o que implica inferior número de grandes superfícies comerciais e de serviços e complexidade da estrutura espacial em São Carlos.

Considerando dessemelhanças e similaridades que apontamos, quanto aos portes demográficos e situações geográficas, as três cidades médias que analisamos apresentam distinções de intensidade das alterações em suas estruturas, o que nos permitirá elaboração de generalização também acerca do policentrismo em cidades deste tipo.

O texto está organizado em dois tópicos. No primeiro, realizamos revisão crítica da noção de policentrismo, no qual discutiremos acerca de pontos que consideramos convergentes entre distintas concepções acerca do processo, considerando processos outros que o articula em diferentes escalas e o condiciona. Em seguida, no segundo tópico, valemo-nos de contribuições de autores que trataram do policentrismo nas escalas regional e metropolitana, para analisarmos a centralidade urbana de cidades médias, marcadas por complexificação da estrutura urbana.

## Análise crítica do policentrismo

A partir de levantamento da produção acadêmica sobre o processo de policentrismo, buscamos analisar diferentes visões em torno desta noção, para, através

<sup>1</sup>Adotamos, neste trabalho, distinção realizada por Whitacker (2017) entre centro urbano e centro da cidade. O primeiro termo diz respeito à cidade no âmbito da rede urbana, ao passo que o segundo, à área central situada no espaço intraurbano.

da identificação do que se mostra universal e particular ao processo, contribuímos para sua aplicação em diferentes escalas, especialmente para compreensão da estruturação de cidades médias.

Esta variada possibilidade de emprego tem fundamento na expansão da acumulação do capital, que se realiza em articulação multiescalar, ao envolver agentes hegemônicos de atuação internacional (BRENNER, 1998), que, em combinação a capitais de menores dimensões, exprimem novas lógicas econômicas e espaciais, o que implica multiescalaridade de distintos processos espaciais.

Tanto a multiescalaridade como as distintas concepções a respeito demandam, necessariamente, ponderação quanto aos fatos paradoxais de não constituir noção recente e do precário consenso acerca do que caracterizaria o policentrismo, o que culmina quase em polissemia da noção, seja no que se refere aos procedimentos empíricos válidos, conforme argumentam Kloosterman e Musterd (2001), seja no que diz respeito à tomada de aspectos particulares do processo, concernentes a escalas específicas, como universais.

Requer, por esta razão, tarefa simultânea de elaboração de generalizações e apreensão de diferenças entre as dimensões escalares, concordando com Pessoa (2011), quando aponta que:

(...) este conceito tem um significado mais amplo e complexo, que varia de acordo com a perspectiva espacial, social, econômica e histórica da pesquisa. Além disso, a escala da área urbana também causa múltiplas interpretações, uma vez que as estruturas policêntricas podem apresentar algumas variações qualitativas. (p. 299)

Entre trabalhos que tratam de policentralidade ou policentrismo, não são raros aqueles que expressam pouca clareza quanto à transição de estruturas rígidas para as mais complexas, de que são ilustrativos os de autoria de García-López e Muñiz-Olivera (2007), Koomen e Bação (2005) e Domenech e Thomàs (2011). É por esta razão que autores como Domenech e Thomàs (2011) compreendem o policentrismo enquanto simples coexistência de muitos centros e defendem, por consequência, a obra de Walter Christaller, dos anos de 1930, como precursora na identificação do processo, uma vez que explicita a existência de vários centros urbanos, articulados, entretanto, em significativa ordem hierárquica.

Isso implica, em primeiro lugar, a pouca ênfase à combinação de permanências e transformações que permeiam a evolução de relações entre os centros urbanos, no âmbito da rede urbana, e na estrutura urbana, no caso das cidades. Significa também, em

segundo lugar, poucas distinções quanto às relações entre centro e áreas secundárias e aquelas entre áreas centrais de posições semelhantes na hierarquia intra ou interurbana.

Por outro lado, destacamos os trabalhos de: Gonçalves (2016), quando trata de relações pautadas em "lógicas de redes" entre centros urbanos situados em sistemas urbanos de países do capitalismo central; Rivera, Yserte e Águila (2010), ao analisarem a perda de importância do centro urbano de Madri e incremento de funções aos centros anteriormente secundários da área metropolitana; Aguilera e Mignot (2003), ao identificarem formação de novas áreas centrais, articuladas em relações de complementaridade ou concorrência, no contexto francês; Salgueiro (1997), ao abordar o surgimento de novas áreas centrais, na perspectiva do comércio e do consumo na área metropolitana de Lisboa; Sposito (1999; 2010; 2013), quando traça evolução de estruturas monocêntricas para as multi e policêntricas, ao abordar redefinições da centralidade urbana em cidades médias; e Roca, Arellano e Moix (2011), ao destacarem a influência das novas áreas centrais no conjunto da estrutura urbana, não somente economicamente, como também social e culturalmente.

Tais trabalhos são representativos de esforços teóricos e empíricos de compreensão do policentrismo, que, a despeito das diferentes escalas privilegiadas, empreendem análise de dinâmicas recentes, ligadas a novas lógicas econômicas de grandes empresas, dos setores secundário e terciário da economia, num período de acirramento da competitividade, num mercado global.

De início, elencamos características mais destacáveis da noção, sublinhando, simultaneamente, particularidades do processo conforme as escalas de realização do policentrismo, em especial a regional e a metropolitana, para, posteriormente, abordamos o processo em cidades médias. A primeira das características corresponde à maior relevância de centros urbanos anteriormente secundários, em virtude de novas demandas sociais e, sobretudo, econômicas.

São exemplo disso, quanto à escala metropolitana, os apontamentos de Rivera, Yserte e Águila (2010), acerca da maior importância de centros urbanos na estrutura espacial da metrópole de Madri, embora os autores tenham conferido destaque à permanência da primazia desse centro na hierarquia urbana.

Por outro lado, autores como Koomen e Bação (2005) fazem uso da noção de policentrismo para tratar da formação de subcentros, em análise de metrópoles holandesas, como Amsterdã e Roterdã. Por meio de pesquisa empírica, os pesquisadores identificaram, tendo como procedimento metodológico a apreensão de

densidade de edifícios, novas áreas centrais, situadas em eixos viários de expressivo fluxo de veículos.

Esse entendimento vai ao encontro do significado encontrado no *Les mots de la géographie: dictionnaire critique*, organizado por Brunet, Ferras e Théry (1993), segundos os quais o termo policêntrico diz respeito a espaço de cidades ou aglomerações urbanas com vários centros.

Colocamos em dúvida a pertinência do uso da noção para análise de dinâmicas que pouco implicam mudanças significativas nas relações tecidas na estrutura urbana, como é o caso das relativas a subcentros, representativos de áreas centrais de posição inferior na hierarquia da centralidade.

Para melhor distinguir as áreas centrais e suas repercussões na centralidade, chamamos atenção aos procedimentos metodológicos de identificação, como fizeram diversos autores, tais como Rivera, Yserte e Águila (2010), ainda no que diz respeito à escala metropolitana, que se valeram da análise de população e postos de trabalho.

Considerando igualmente a questão da concentração de empregos como relevante à compreensão do policentrismo, Aguilera e Prodlhac (2006) e Aguilera e Mignot (2003) prezaram, em suas pesquisas empíricas, pela apreensão dos fluxos relativos aos deslocamentos casa-trabalho, por meio dos quais os autores identificaram destinos tão privilegiados quanto os principais centros urbanos de metrópoles francesas, tais como Paris e Lyon.

Todavia, com postos de trabalho ainda concentrados em Paris, a situação almejada seria apenas expressiva para usuários de automóveis particulares, que permitem flexibilização do trajeto e, por esta razão, deslocamentos entre subúrbios (AGUILERA; PROUDLHAC, 2006).

Contraria, portanto, expectativas relativas à diminuição das distâncias dos respectivos trajetos com a conformação de policentrismo, uma vez que trabalhadores tenderiam, em hipótese, à moradia próxima ao local de emprego e os novos polos atenderiam, ao menos parcialmente, demandas por bens e serviços e, por conseguinte, exerceriam, com isso, redução dos fluxos.

No que se refere a estudos do policentrismo na escala regional, exemplificamos o trabalho de Taylor, Evans e Pain (2006), que abordaram o processo em países do capitalismo central por meio da análise da expansão de empresas de grandes centros urbanos, como Berlim e Londres, que passaram a implantar filiais em centros secundários e a manter, com estes, densas ligações.

Essa dinâmica de desconcentração espacial de grandes grupos econômicos implicou maiores relações

entre centros urbanos, nem sempre representativa, todavia, de incremento considerável de relações de complementaridade, embora as novas lógicas espaciais dessas empresas permitam prognósticos da intensificação dessas relações. Essa hipótese sustenta políticas públicas de fomento ao policentrismo.

Isso porque, na escala regional, o processo é tido como positivo e objeto de políticas de fortalecimento de relações de complementaridade entre centros urbanos pertencentes a uma mesma região, no enfrentamento da congestão de cidades europeias e, sobretudo, de concorrência num mercado global, conforme apontaram Hall e Pain (2006).

É por essa razão que no *Dicionário de Geografia Aplicada*, compilado por Fernandes, Trigal e Sposito (2016), o termo é entendido como sinônimo de política urbana e “modelo de sistema urbano”, considerando, especialmente, os anseios e as estratégias de coesão territorial.

É notório quanto a isso o empenho da União Europeia e, de modo particular, de governos nacionais na elaboração de políticas. De acordo com Ferrão (2002), em diferentes documentos é possível constatar intenções de organização de espaço policêntrico. Entre eles, o autor destaca o *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC)*, de 1999, *Guiding Principles for Sustainable Spatial Development of The European Continent*, de 2000, e *Unidade da Europa, Solidariedade dos Povos, Diversidade dos Territórios*, de 2001.

Tais estratégias e todo o debate que as embasa têm fomentado a construção do conceito de *polycentric urban region*, por meio do qual se ressalta, em desiguais proporções, conforme os autores, formas espaciais, identificação cultural, governança e, principalmente, relações funcionais (BAILEY; TUROK, 2000, p. 698).

De acordo com esses autores, o esforço do planejamento regional de fomento a complementaridades, por meio de estímulos a especializações funcionais entre cidades de uma região, faz-se subjacente ao entendimento do policentrismo atrelado a estruturas sem centros dominantes, o que consiste, com efeito, em definição mais ambiciosa do processo, já que outros estudos têm assumido a existência de centros primazes, a despeito da proeminência de outros, periféricos, como nos referimos anteriormente.

A partir desse conjunto de apontamentos, as relações de complementaridade e concorrência entre os centros urbanos<sup>2</sup> constituem a segunda característica que destacamos, uma vez que ambas as relações, e não apenas a de complementaridade, compõem o processo,

<sup>2</sup>Destacamos o trabalho precursor de Camagni (1993), que aborda novas relações e hierarquias no âmbito da rede urbana, sem incorporar discussão acerca do processo de policentrismo.

a despeito da pretensa exclusividade desta pela compreensão do planejamento regional, especialmente de regiões da Europa Ocidental.

É ilustrativo desse ponto de vista a compreensão de Lambregts (2006), que frisa, ao abordar o processo na escala metropolitana, que conquanto o policentrismo possa dar ensejo a complementaridades, estas não constituem resultado imanente ao processo, dado que a depender do contexto em que se realiza pode representar obstáculos a maiores interações, com a criação de dificuldades a estas.

Podemos, com isso, afirmar que o entendimento do policentrismo estrito a relações de complementaridade está relacionado à compreensão baseada na superação de hierarquias, ao passo que, na realidade, representa rearranjos, em função da combinação entre relações de complementaridade e concorrência. Ressaltamos, com isso, terceira característica do processo, a complexificação de hierarquias, que não representam superação de configurações pretéritas.

Não obstante, distintas visões dos autores que trataram do policentrismo na escala regional e na metropolitana, a dimensão econômica do processo é privilegiada, ao concederem foco à análise de trocas entre empresas e concentração de empregos, como procedimentos metodológicos de apreensão do policentrismo, embora autores como Kloosterman e Musterd (2001, p. 626) chamem atenção à diversidade dos fluxos que expressam o policentrismo.

No privilégio de outras dimensões do processo, Mignot et al. (2010) abordaram questões relativas à mobilidade, analisando as metrópoles francesas de Lille, Marselha e Lyon e conferindo foco ao uso do transporte coletivo e às dinâmicas de expansão, para a compreensão da sustentabilidade ambiental e da "mescla social", ao realizarem associação com o processo de segregação urbana.

Os autores identificaram, de modo semelhante a Aguilera e Proudillac (2006), que apontamos anteriormente e que também versaram sobre a questão, desigualdade marcante entre a mobilidade de usuários do transporte automotivo individual e daqueles do transporte coletivo, que se combina a diferenças do conteúdo das áreas dessas metrópoles, em dinâmicas de crescente complexificação dos fluxos.

Por outro lado, de acordo com Mignot et al. (2010), no que se refere à questão ambiental em áreas metropolitanas, as estruturas policêntricas são representativas de mudanças menos significativas, se comparadas às monocêntricas, uma vez que os deslocamentos têm apresentado diminuição inferior ao esperado com o surgimento de novos polos importantes.

Em discordância a esta conclusão, Roca, Arellano e Moix (2011) enfatizaram, quando empreenderam análise de Madri e Barcelona, menor consumo do solo e inferior intensidade de dispersão urbana em estruturas policêntricas, o que contraria análises empíricas acerca deste último processo, como apontaremos mais adiante.

Salgueiro (1997) analisa o policentrismo a partir do advento, na metrópole de Lisboa, de novas formas de comércio e serviços, graças à nova qualidade do consumo na sociedade contemporânea e às recentes possibilidades de deslocamento, que permitiram densos fluxos direcionados a áreas centrais distantes.

Posterior à revisão da literatura sobre as dimensões econômica e social do policentrismo quando transcorrido no âmbito da rede urbana e de áreas metropolitanas, destacamos, a seguir, os condicionamentos desse processo, que nos ajuda à compreensão, que debatemos mais adiante, de suas dinâmicas em espaços intraurbanos, impactados, ainda que de modos distintos, por processos multiescalares.

De início, frisamos que o policentrismo é produto de dinâmicas de centralização e concentração do capital, acompanhadas por desconcentração espacial e, portanto, novas divisões territoriais do trabalho, que implicam mudanças nos papéis de centros urbanos em redes e aglomerações urbanas, como nos referimos anteriormente.

Em segundo lugar, chamamos atenção à associação feita por Rivera, Yserte e Águila (2010) entre policentrismo e dispersão urbana de áreas metropolitanas, uma vez que em combinação, embora não imanentes entre si, ambos os processos apresentam declínio da densidade populacional do centro urbano principal e intensificação das dinâmicas de desconcentração espacial de atividades e novas concentrações em centros urbanos periféricos.

Esta ideia, compartilhada por diversos outros autores, é questionada por Garcia-López e Muñoz Olivera (2007), para os quais esta associação e o procedimento subjacente – identificação de novos centros – mostram-se demasiados simplistas. Para eles, demanda, na verdade, necessária análise dos impactos e influências desempenhados por estas áreas no conjunto da aglomeração e às densidades e concentrações de emprego. Destacando, em outras palavras, a premência de qualificar os novos centros, no esforço de apreensão da policentralidade, como já destacamos.

Outra importante condicionante ao policentrismo em áreas metropolitanas consiste no incremento da mobilidade, com o desenvolvimento e o barateamento dos transportes, que permite aumento dos fluxos em cidades ou aglomerações mais dispersas, conforme apontaram

Aguilera e Mignot (2003), que advertem, entretanto, para as distintas intensidades e frequência dos fluxos segundo as áreas das quais partem e são direcionados, atreladas às diversas distâncias a serem percorridas, em distintos tempos e meios de deslocamento, interferindo, com isso, no acesso à cidade para diferentes segmentos da sociedade.

Ao tratarem dessas questões, Hall e Pain (2006) atribuem destaque ao papel do poder público na criação de infraestruturas e outros estímulos às relações de complementaridade na rede urbana, e Mignot et al. (2010) o fazem quanto às atribuições em frear as desigualdades de acesso à cidade, em razão de acessibilidade e mobilidade que se mostram díspares, no sentido de retardar a intensificação do processo de segregação socioespacial.

Em síntese, podemos apontar que o policentrismo, seja o que se realiza na escala regional, seja aquele relativo à metropolitana, corresponde a processo que implica incremento de papéis de centros anteriormente secundários na estrutura espacial, na combinação de relações de complementaridade e concorrência e, portanto, como resultado, em complexificação de hierarquia da centralidade, numa amálgama entre transformações e permanências.

Considerando as principais características do policentrismo, bem como suas condicionantes e seus processos associados, podemos, com isso, empreender análise do processo quando desenrolado em outras escalas, concordando com Kloosterman e Musterd (2001, p. 626) e Pessoa (2011), quando advogam que o processo, a despeito de lógicas em comum, não se desenvolve de modo idêntico, o que merece, a nosso ver, exercício de qualificação do policentrismo quando em espaços intraurbanos de cidades médias.

### Policentrismo em cidades médias

A partir das contribuições dos autores debatidos acima, realizamos, nesta seção, análise do processo de policentrismo em cidades médias, em especial Marília, Presidente Prudente e São Carlos, a partir do privilégio da compreensão das lógicas econômicas de empresas do setor terciário e práticas espaciais de consumo de cidadãos, no intuito de fornecer subsídios à sistematização do entendimento do processo, ainda muito incipiente, conforme Silva (2017), no caso deste tipo de cidades.

Ainda que possamos apreender particularidades importantes entre o policentrismo que se realiza nas escalas regionais e metropolitanas e aquele que se

desenrola em espaços intraurbanos de cidades médias<sup>3</sup>, destacamos, primeiramente, elementos universais do processo, associado, por sua vez, a outros processos e ações tecidos em escalas mais amplas, com atuação e resultados multiescalares.

Tais processos, de concentração e, especialmente, de centralização do capital<sup>4</sup>, ganharam impulso com a crise econômica desencadeada na década de 1970 e promoveram reestruturação econômica e espacial, a partir da expansão territorial de grandes grupos, por meio de ações do grande capital que passaram a ostentar, como trata Milton Santos (1994c), não coincidência territorial entre ações e seus resultados.

Isso implica espacialidades e arranjos hierárquicos escalares novos, em oposição, segundo Brenner (1998), à fixidez e às rígidas hierarquias que predominaram até então. Concordamos com o autor, segundo o qual as escalas consistem em produto social e histórico, não excludentes entre si, pois em forte articulação. Com efeito, “[...] Scales, in this framework, are no more than the temporarily stabilized effects of diverse sociospatial processes, which must be theorized and investigated on their own terms [...]” (BRENNER, 2009, p. 70).

Para compreensão de transformações em cidades médias, chamamos atenção à necessária associação entre as mudanças resultantes de processos multiescalares na rede urbana e nos espaços intraurbanos dessas cidades, uma vez que novos papéis e funções que estas adquirem, enquanto centros urbanos, implicam, de modo imanente, importantes transformações de seus espaços intraurbanos, por meio, conforme Sposito (2007), da combinação de agentes e anseios sociais externos e locais.

Nosso entendimento de cidade média está baseado em Sposito (2001, 2007), segundo a qual este tipo de cidades é representativo de papéis de intermediação na rede urbana, atrelados a suas situações geográficas, mais favoráveis em contextos de maiores distâncias de centros urbanos importantes, como é o caso de Marília e Presidente Prudente, como mencionamos na Introdução do presente texto, e de não pertencimento a áreas metropolitanas.

Não baseados nesta concepção de cidades médias, porém em entendimento não divergente, Amorim Filho

<sup>3</sup>Entre as diferenças, destacamos a maior relevância, enquanto procedimentos metodológicos utilizados, da identificação de fluxos de trocas materiais e imateriais entre empresas e de trabalhadores entre distintos centros urbanos para apreensão do policentrismo na escala regional e na metropolitana, ao passo que em espaços intraurbanos de cidades médias a redefinição, por exemplo, de práticas espaciais se mostra fundamental, uma vez que, como assinala Silva (2017), as menores distâncias a serem percorridas e o menor mercado consumidor implicam maiores transformações decorrentes de novas lógicas econômicas e do surgimento de novas áreas centrais.

<sup>4</sup>Conforme Lencioni (2008), as dinâmicas de concentração e centralização do capital envolvem, respectivamente, aporte de meios de produção e trabalhadores e associação de capitais individuais em capitais de porte superior, representativa de maior controle dos capitais e dos ciclos de sua valorização.

e Serra (2001, p. 19) apontam que as cidades médias manifestam atrativos a investimentos de capitais externos, em razão de melhor fluidez do tráfego, beneficiado por boas comunicações e sistemas de transportes, que garantem a distribuição da produção.

A garantia da disseminação da produção está relacionada, por sua vez, à necessária articulação entre unidades distantes, que devido a transformações na produção, relativas ao desmembramento territorial e à dispersão geográfica, conforme Pontes (2006, p. 334), demandam articulação, e, com isso, a cidade média passa a tecer relações com sua hinterlândia, mas também com um "mundo globalizado".

Para além da produção, Sposito (2001) frisa que o papel e as funções das cidades médias estão ainda mais vinculados à oferta de equipamentos comerciais e de serviços, uma vez que se tornaram atrativas a investimentos de grandes grupos do setor terciário, interessados na concentração de consumidores, seja da cidade, seja da região de influência, como é o caso das três cidades médias de nossa análise, representadas nas figuras 1, 2 e 3, a partir das quais conferimos complexidade da estrutura espacial, marcada pela presença de diferentes áreas centrais, a exemplo do centro e de *shopping centers*.

A partir dos autores referenciados acima, podemos afirmar que, enquanto centros urbanos que tecem intermediação com uma região de influência e com escalas mais amplas, as cidades médias constituem espaços preferenciais na esteira do processo de desconcentração espacial de unidades comerciais e de serviços de grandes grupos econômicos, de que são exemplos as empresas Hering, O Boticário, Chiquinho Sorvetes, Cacau Show, Drogasil e Itaú, instaladas nas três cidades, por meio de franquias ou filiais.

Decorrentes disso, a produção do espaço das cidades de Marília, Presidente Prudente e São Carlos tem sido marcada, em distintos ritmos e intensidades, por mudanças importantes, especialmente no centro e na centralidade intraurbana, atreladas a novas dinâmicas do setor terciário, em novas escalas de atuação, que exibem ofertas de novos produtos imobiliários e alterações de lógicas econômicas, com desconcentração espacial de atividades, principalmente de franquias, em maior aglomeração no Marília Shopping, Prudenshopping e Iguatemi São Carlos, e a redefinição de práticas espaciais de consumo, com anseios de distinção social.

As estruturas cada vez mais complexas de cidades médias são marcadas, então, pelo centro da cidade, subcentros, eixos de desdobramento da área central, outros diversos eixos comerciais e de serviços<sup>5</sup>,

*shopping centers* e, considerando a atração importante de consumidores, da cidade ou da região, hipermercados, como podemos conferir nas figuras 1, 2 e 3.

Em tais figuras, visualizamos similaridades entre Marília, Presidente Prudente e São Carlos quanto à coexistência de diferentes áreas centrais e distinções no que se refere à complexidade da estrutura espacial, mostrando-se mais notável em Presidente Prudente, com a presença de maior número de grandes superfícies comerciais e de serviços, situadas, quase exclusivamente, em sua periferia geométrica, sendo sete hipermercados e dois *shopping centers*, e Marília exhibe o mesmo número de *shopping centers*, com, todavia, apenas três hipermercados. Com dois hipermercados e apenas um shopping center, São Carlos apresenta menor complexidade que as outras duas cidades, sem desconsiderarmos a formação de Novo centro e o relevante subcentro da Vila Prado, ambos em parcela pericentral, de menores repercussões na estrutura espacial.

<sup>5</sup>Nosso entendimento de eixos de desdobramento da área central está baseado em Whitacker (1991, 1997), que utiliza a denominação para tratar de eixos formados

pelo desdobramento do centro da cidade, a partir de especialização funcional e/ou socioeconômica, em continuidade ou não a esta área. No que se refere aos demais eixos comerciais e de serviços, não consistem, a nosso ver, neste tipo de espaço de consumo.

Figura 1: Marília/SP. Áreas centrais.

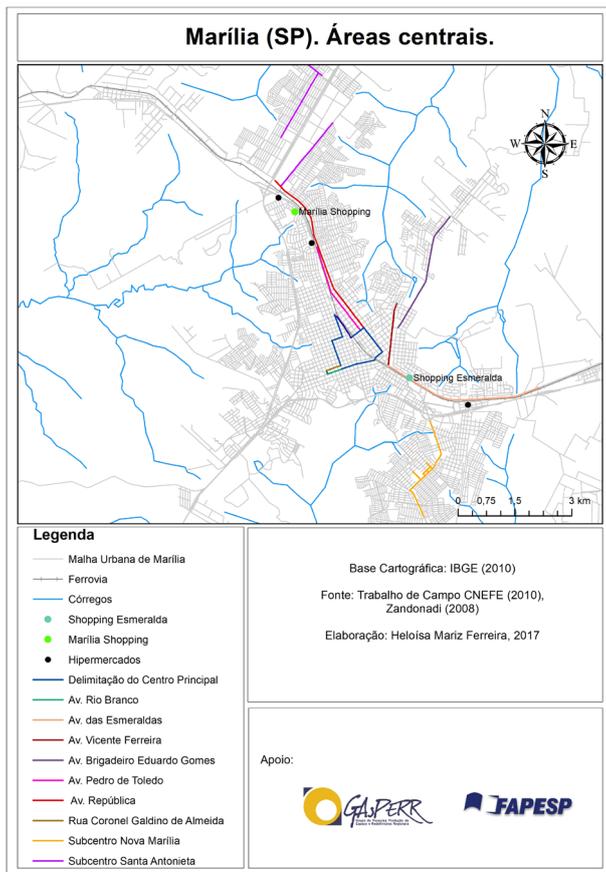


Figura 2: Presidente Prudente/SP. Áreas centrais.

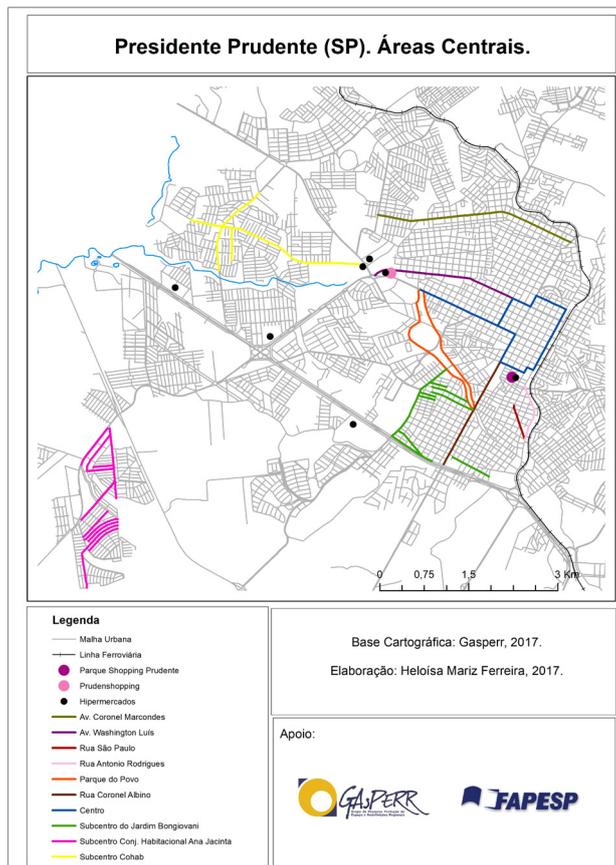
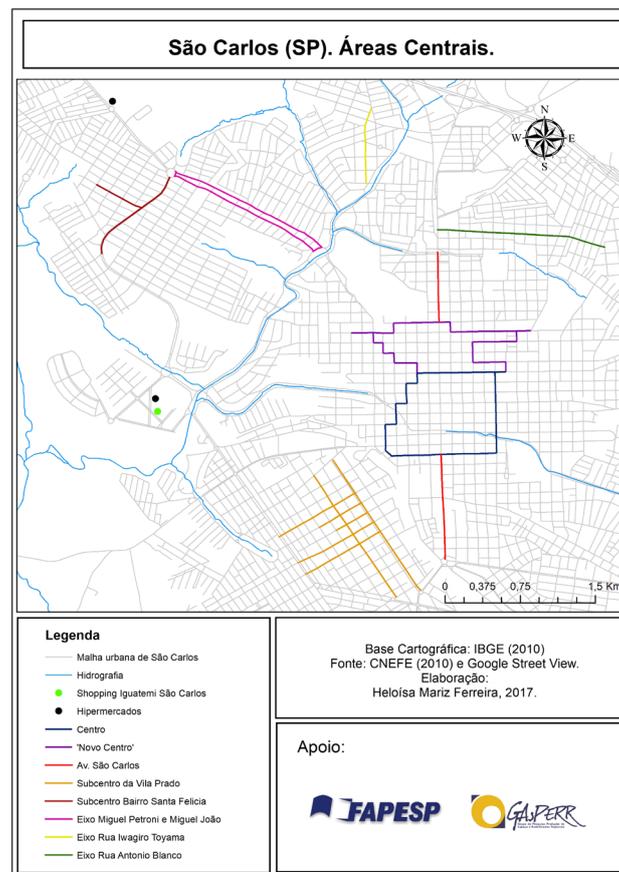


Figura 3: São Carlos/SP. Áreas centrais.



Quando aborda essas transformações, Sposito (2013, p. 76) aponta que elas implicam a conformação de estrutura policêntrica, a partir da implantação de grandes superfícies comerciais e de serviços, como conferido nas figuras 1, 2 e 3, referentes a Marília, Presidente Prudente e São Carlos, que, para além de muitas áreas centrais, o que caracterizaria, conforme a autora, multidentalidade, são representativas de importantes diferenças entre os espaços de consumo, associadas à acessibilidade, planejamento, *marketing* empregado, por exemplo.

Os novos equipamentos comerciais e de serviços significam novas áreas centrais, com relações de concorrência, complementaridade (WHITACKER, 2017) e subordinação entre os espaços de consumo e conformação de estruturas não somente hierárquicas, mas também não hierárquicas.

As relações de complementaridade e concorrência são também observadas em espaços intraurbanos das três cidades que analisamos, sendo um dos elementos que justificamos para o tratamento de suas estruturas enquanto policêntricas. De modo não muito distinto do entendimento dos autores referenciados no tópico anterior, compreendemos relações de complementaridade como aquelas tecidas entre áreas centrais, a partir de escolhas de lógicas econômicas de

empresas e práticas espaciais de consumo dos cidadãos, que não exibem predomínio forte de área central, quanto a estas escolhas, sobre outra.

Se o incremento de relações de complementaridade é característico do policentrismo, elas se dão em simultâneo à permanência de relações de concorrência, que consiste na sobreposição de áreas centrais quanto àquelas escolhas, especialmente por meio da manutenção dos papéis do centro, em referência a outras áreas centrais. Em inerente contraponto a estas, acrescentamos as relações de subordinação, tecidas, como tem se mostrado típico, por subcentros e eixos de desdobramento da área central, com porte da concentração de atividades, presença de franquias e filiais e importância em práticas espaciais de consumo inferiores, em referência ao centro das três cidades.

Como resultado dessas relações, atinentes a expressões de centralidade, é possível conferir complexificação da hierarquia, de modo análogo ao policentrismo transcorrido na escala regional ou metropolitana. Para a análise do espaço intraurbano, podemos distinguir hierarquias quantitativa e qualitativa, que dizem respeito não somente a estas como também ao porte da concentração de atividades, passíveis de quantificação, e à diversidade dessas atividades,

complexidade do capital das empresas e público predominante.

Ainda que, como apontamos, subcentros e eixos de desdobramento da área central signifiquem mudanças não desprezíveis, as principais relações dessas áreas centrais com o centro da cidade se mostram de subordinação, num quadro de estrutura ainda hierárquica, tanto quantitativa quanto qualitativamente.

Com efeito, se em São Carlos os papéis de alguns subcentros, notadamente o da Vila Prado, e do Novo centro sejam superiores aos observados nas outras duas cidades, com grande número de unidades comerciais e de serviços, sua estrutura espacial apresenta complexificação inferior, com estruturação orientada no centro e áreas pericentrais, como verificamos a partir da análise da concentração e diversidade de atividades, assim como das escolhas de espaços de compras por cidadãos. Marília e Presidente Prudente contam com maior número de grandes superfícies comerciais e de serviços, com estruturação mais complexa, ainda que a primeira exiba papel importante do centro e Presidente Prudente, alteração significativa do conteúdo dessa área.

Apesar, portanto, das distinções entre as três cidades, o centro é impactado, em todos esses casos, por modificações funcionais e, principalmente, econômicas e sociais, considerando que, se muitas atividades permanecem, a complexidade do capital das empresas tende ao declínio, com desligamento de franquias e filiais no centro e instalação em novos espaços de consumo, a exemplo, no caso de Presidente Prudente, da filial Riachuelo, instalada nos dias atuais no Prudenshopping, e da franquia Arezzo, presente nos dois *shopping centers* dessa cidade, acompanhadas de preferências de cidadãos dos segmentos de maior poder aquisitivo por esses espaços, com predomínio no centro do consumo por indivíduos de baixos rendimentos, que relataram, em entrevistas, compras em lojas populares como na filial Terra Terra, Paulistana (estabelecimento de capital local de Marília) e Chik's Center.

Embora isso implique alteração do conteúdo do centro, o processo é dialético, já que a área exibe centralidade ímpar, seja pelo porte, seja pelo conteúdo, que, embora mais "popular", é espaço de consumo que atende a maior gama de segmentos socioeconômicos, como também observaram Whitacker (1997) e Dal Pozzo (2011). Suas transformações e suas permanências ao longo do tempo indicam sua condição de *rugosidade* na produção do espaço, o que nos instiga e também nos obriga a incorporar a questão do centro como condição preexistente ao processo de policentrismo, dando peso ao tempo, materializado em formas e expresso por processos na cidade, para compreender a complexa

centralidade de cidades policêntricas.

Tendo em vista, então, que, se a produção do espaço está em permanente processo, através da incorporação de novas ações, eventos e técnicas, guarda também a força da herança material, posto que funções e processos ganham efetividade por intermédio da forma, produto de combinações pretéritas do externo e do interno, que rejeita, redefine e/ou é também modificada por vetores do presente (SANTOS, 1985, 1994a, 1994b, 1994c, 1996).

A análise por nós empreendida de Marília, Presidente Prudente e São Carlos nos permite ressaltar alguns pontos<sup>6</sup>. O primeiro deles consiste na grande capacidade de concorrência e complementaridade tecidas pelas grandes superfícies comerciais e de serviços, notadamente *shopping centers*, em comparação a subcentros, por exemplo.

São distintas, contudo, as repercussões na estrutura advindas da implantação de novos espaços de consumo, mesmo quando nos referimos a *shopping centers*. Em Presidente Prudente, os hipermercados são representativos de relações de concorrência, com localização predominante na periferia da cidade e, em menor medida, em áreas pericentrais, e práticas espaciais de consumo que mostram preferências por estes espaços, mesmo por cidadãos de baixos rendimentos, que mencionaram idas recorrentes a diversos destes, em busca de promoções. Quanto aos *shopping centers*, estes tecem combinação de relações, considerando que há empresas e grupos de cidadãos que realizam suas lógicas e práticas em diferentes áreas centrais, o que corresponde a complementaridades entre centros e outras áreas, e também aqueles que restringem suas ações e compras em novos espaços de consumo, numa concorrência ao centro.

Em Marília, as relações de concorrência tecidas por *shopping centers* se mostram pouco densas, embora existentes, já que o centro é privilegiado, com a presença de grandes lojas, de que são ilustrativas Riachuelo e Renner, e significativas referências por cidadãos ao consumo nessa área central, com predominância em comparação aos demais espaços de consumo que realizam relações de subordinação.

A intensidade das mudanças oriundas das grandes superfícies comerciais e de serviços está ligada à amplitude da região de influência das respectivas cidades médias em que aquelas são instaladas. Marília e, sobretudo, Presidente Prudente ostentam, de acordo com Sposito e Góes (2013), maior influência, ao passo

<sup>6</sup>Os apontamentos que efetuamos estão apoiados em conjunto de procedimentos metodológicos, que envolve coleta de dados de uso do solo no Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) e realização de trabalhos de campo nas três cidades. Além disso, analisamos entrevistas e questionários aplicados a cidadãos das cidades de nosso recorte territorial por pesquisadores do Projeto Temático "Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo".

que São Carlos enfrenta concorrência, no âmbito da rede urbana, de outros centros urbanos importantes, principalmente de Araraquara, com a qual conforma aglomeração urbana.

Com apenas um *shopping center* e dois hipermercados, São Carlos apresenta estrutura em que, a despeito de elementos de cidades policêntricas, o centro ostenta privilégio das práticas espaciais de consumo, em preponderância de relações de concorrência e subordinação, ainda que o processo de redefinição destas seja também verificado, em menor medida, entretanto, que o conferido em Marília e Presidente Prudente, e lógicas espaciais de grupos empresariais apresentem múltiplas preferências, inclusive pelo Novo centro, que exhibe a instalação das franquias Hering, Mr. Kitsch e McDonald's.

Isso nos permite afirmar, num segundo ponto, que, a despeito das dinâmicas originadas por iniciativas individuais de proprietários de estabelecimentos, a complexificação da estruturação se dá, principalmente, com a implantação de grandes superfícies, com número e porte de investimentos em conformidade com os papéis regionais desempenhados pelas cidades em que são instalados.

O terceiro ponto que sublinhamos consiste na associação, mais que aos de dispersão urbana, embora não desvinculados, ao processo de fragmentação socioespacial que marca o policentrismo em espaços intraurbanos de cidades médias (DAL POZZO, 2011, 2015; SPOSITO, 2013; SPOSITO; GÓES, 2013), com segmentação dos espaços de consumo, a partir de lógicas econômicas que buscam públicos específicos e práticas espaciais de consumo que intentam distinção social.

O processo de fragmentação socioespacial está atrelado a condicionamentos que também promovem o policentrismo. Ao tratarem do primeiro, Sposito e Góes (2013) assinalam que:

(...) novos elementos se combinam para o reconhecimento da fragmentação, como a existência de uma policentralidade e a conformação de territórios descontínuos, gerando morfologias menos integradas territorialmente. Além disso, as relações entre proximidade e contiguidade foram alteradas, uma vez que o uso do transporte automotivo e a ampliação das possibilidades de comunicação redefinem as interações espaciais entre diferentes áreas residenciais, entre estas e as áreas de trabalho, consumo e lazer (...). (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 299)

Em espaços intraurbanos, o processo de policentrismo está associado a distintos conteúdos sociais das áreas centrais, uma vez que as práticas de consumo passaram a representar, conforme Salgueiro (1996) e Carreras (1999), meios de distinção, o que influencia nas

escolhas tecidas pelos espaços de sua realização, com incremento da diferenciação socioespacial também a partir do consumo, como esclarece Silva (2017).

Em análise de entrevistas concedidas por moradores das três cidades, verificamos tendência à diminuição do consumo no centro por cidadãos de maiores rendimentos, especialmente os mais jovens, também motivadas pelo tráfego congestionado e disponibilidade insuficiente de vagas de estacionamento, e concomitante preferência por novos espaços. Isso é acompanhado não somente pelo predomínio de frequentadores de baixo poder aquisitivo no centro, mas também por constrangimentos de práticas em *shopping centers*, como relatado por uma das entrevistadas que mencionou se tratar de "espaço de rico", com exceção dos hipermercados, que são requeridos de modo generalizado.

Em São Carlos, ainda que cidadãos de elevado poder aquisitivo tenham mencionado consumo no Shopping Iguatemi, a referência à área central formada pela expansão do centro, representada na figura 3, ao norte da cidade, enquanto espaço segmentado, foi mais recorrente, seja por indivíduos de alto poder de compra, que manifestaram ida a esse espaço, seja por aqueles de baixos rendimentos, que expressaram decisões por outras áreas centrais, em função da concentração de lojas voltadas a público restrito naquele espaço.

A segmentação socioespacial e a redefinição de práticas espaciais de consumo estão associadas a novas lógicas espaciais de grandes grupos empresariais, que consideram a multiplicidade das práticas e, condicionando-as, estabelecem a conexão a um consumo global, de que são preferenciais, para sua realização, espaços mais modernos de consumo, como *shopping centers*, como também observou Porto-Sales (2014), especialmente para o caso das franquias, a exemplo, como verificamos na análise de Marília, Presidente Prudente e São Carlos, de unidades da Carmen Steffens, Chilli Beans, Líquido, Morana e Clube Melissa.

As mudanças em lógicas espaciais dizem respeito não somente à adoção de novas localizações por empresas já situadas nas três cidades em análise, culminando em processo de desconcentração de atividades do centro para novas áreas centrais, mas igualmente à chegada de empresas, por meio de franqueamento por capitais locais e introdução de filiais, dinâmicas essas decorrentes da ampliação das escalas de atuação de grupos do setor terciário, que manifestam, por sua vez, predileção por novos espaços de consumo, como a Polishop e a Burger King.

Em cidades médias, especialmente no que se refere às três que analisamos, conferimos elevada complexidade

do capital de empresas situadas no centro, notadamente em Marília e São Carlos, e em *shopping centers*, com concentração absoluta significativa de franquias e filiais, mas concentração relativa mais expressiva nos últimos, que agregam, principalmente, unidades de grupos de atuação nacional e internacional, de modo distinto ao observado no centro, no qual observamos relevância de grupos de atuação regional.

Tais dinâmicas, concernentes tanto às novas lógicas de empresas como às práticas espaciais de cidadãos, propiciam e são decorrentes, então, do atendimento de muitas das novas demandas sociais e econômicas, que implicam separações não somente atinentes aos espaços residenciais, de acordo com Sposito (2013), como também aos espaços de consumo, o que nos permite compartilhar do entendimento de Jayne (2006), quando enfatiza relação entre o consumo contemporâneo e a vida urbana, o que torna aquele fundamental à compreensão das cidades atuais, especialmente em relação à redefinição de práticas espaciais de consumo, com a emergência de novas áreas centrais.

Com efeito, se na escala regional o policentrismo foi representativo de novas divisões territoriais do trabalho, no espaço intraurbano o processo é também acompanhado por dinâmicas de incremento das diferenciações funcionais e sociais (SILVA, 2009, p. 141) e redefinições de práticas cotidianas, combinando-se à fragmentação socioespacial, nos termos elaborados por Sposito (2013) e Sposito e Góes (2013), a partir, principalmente, da implantação de novas áreas centrais.

Esse conjunto de apontamentos nos autoriza a frisar um outro, não menos importante, que corresponde ao nosso entendimento segundo o qual as estruturas policêntricas são formadas por meio de processos em que relações e hierarquias podem se concretizar, não raramente, apenas de modo parcial, apresentando certo dinamismo e evolução ao longo do tempo, como, aliás, é igualmente verificado no policentrismo desenrolado em escalas regionais e metropolitanas. Por esta razão, tratamos de policentrismo, pelo caráter processual apresentado, que, embora possa significar policentralidade, não se restringe ao tempo curto.

## Considerações finais

Com base nos apontamentos acerca do policentrismo, considerando as distintas e articuladas escalas de realização do processo, podemos ressaltar duas tendências gerais. A primeira delas constitui a dinâmica de rearranjos hierárquicos, devido à desconcentração de atividades econômicas, graças ao aporte de

infraestruturas de transportes e comunicações, que permitiram rápida circulação de pessoas, mercadorias e informações, no atendimento de novas demandas sociais e econômicas.

Esse rearranjo não implica, necessariamente, perda de importância do centro da cidade ou do centro urbano, mas alteração de seu conteúdo e complexificação da estrutura espacial, a partir do incremento, num segundo apontamento, de relações de complementaridade, concorrência (WHITACKER, 2017) e subordinação entre áreas centrais.

É com base nesses dois apontamentos principais que justificamos o uso da noção de policentrismo para análise da centralidade de cidades médias, tendo como elementos importantes do processo a implantação de grandes superfícies comerciais e de serviços, novas lógicas econômicas e redefinição de práticas espaciais de consumo, em dinâmicas que estão vinculadas aos novos papéis e funções adquiridas no âmbito da rede urbana.

Nesse tipo de cidades, enquanto relevante particularidade, o processo se mostra associado à emergência de novas áreas centrais, especialmente grandes superfícies comerciais e de serviços, e não incremento de importância de áreas secundárias, assim como processo de segmentação dos espaços de consumo, desdobrado, por vezes, em fragmentação socioespacial, o que implica efeitos pouco positivos, em discordância ao verificado quando referente à escala regional, a partir de Ferrão (2002), Hall e Pain (2006), Taylor, Evans e Pain (2006), Fernandes, Trigal e Sposito (2016), se temos a cidade como espaço de reunião.

## Referências

- AGUILERA, A.; PROULDHAC, L. (2006). Le polycentrism en Île-de-France: quels impacts sur la mobilité. *Territoire en mouvement*, n. 2, v. 2, p. 15-25.
- AGUILERA, A.; MIGNOT, D. (2003). *Polycentrism et mobilité domicile travail*. In: XXXIX<sup>ème</sup> Colloque de l'ASRDLF Concentration et ségrégation, dynamiques et inscriptions territoriales, Lyon, p. 1-15.
- AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. (2001). Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V.; (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 1-34.
- BAILEY, N.; TUROK, I. (2001). Central Scotland as a Polycentric Urban Region: Useful Planning Concept or Chimera? *Urban Studies*, v. 38, n. 4, p. 697-715.
- BRENNER, N. (1998). Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. *Environment and Planning D*, 16, p. 459-481.
- \_\_\_\_\_. (2009). Restructuring, rescaling, and the urban question. *Critical Planning*, 16, p. 61-79.
- BRUNET, R.; FERRAS, R.; THÉRY, H. (1993). *Les mots de la géographie: dictionnaire critique*. Paris: Reclus.
- CAMAGNI, R. (1993). Organisation économique et réseaux de villes. In: SALLEZ, A. (org.) *Les villes, lieux d'Europe*. Paris: DATAR, Éditours de l'Aube, p. 107-128.
- CARRERAS, C. (1999). Consumir ou comprar. Repensando o consumo urbano à luz da globalização. *Revista GEOUSP*, n. 6, p. 81-94.
- DAL POZZO, C. F. (2015). Fragmentação socioespacial: Práticas espaciais do consumo segmentado em Ribeirão Preto e Presidente Prudente. *Revista da ANPEGE*, v. 11, p. 279-324.
- \_\_\_\_\_. (2011). *Territórios da autosegregação e da segregação imposta: fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos*. 2011. 316 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- DOMENECH, R. B.; THOMÀS, J. T. (2011). Policentrismo y estructuración del espacio: una revisión desde la perspectiva de los programas de investigación. *ACE*, ano VI, n. 18, p. 25-54.
- ENGEL, P. E. (2015). *Deslocamentos pendulares, consumo e shopping centers em cidades médias paulistas*. 2015. 269 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- FERNANDES, J. A. R.; TRIGAL, L. L.; SPOSITO, E. S. (2016). *Dicionário de Geografia Aplicada*. Porto: Porto.
- FERRÃO, J. (2002). Policentrismo e coesão territorial: um novo papel para as "regiões"? *Revista Europa – Novas Fronteiras*, 12, p. 31-35.
- GARCÍA-LÓPEZ, M. A.; OLIVEIRA, I. M. (2007). Policentrismo o dispersión? Una aproximación desde la nueva economía urbana. *Investigaciones regionales*, n. 11, p. 25-43.
- GOMES, V. B. (2017). *As atividades das grandes empresas do ramo supermercadista e a rede urbana brasileira no período recente*. 507 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- GONÇALVES, C. (2016). Hierarquia, policentrismo e complexidade em sistemas urbanos. *E-metropolis*, n. 25, ano 7, p. 26-34.
- HALL, P.; PAIN, K. (2006). Firms and places: inside the Mega-City regions. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *The polycentric metropolis: learning from mega-city regions in Europe*. Londres: Earthscan, p. 91-103.
- JAYNE, M. (2006). *Cities and consumption*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- KLOOSTERMAN, R. C.; MUSTERD, S. (2001). The polycentric urban region: towards a research agenda. *Urban Studies*, v. 38, n. 4, p. 623-633.
- KOOMEN, E.; BAÇÃO, F. (2005). Searching for the polycentric city: A spatio-temporal analysis of Dutch urban morphology.

In: AGILE (Ed.) *Proceedings of the 8th AGILE Conference on GIS*, 26–8 May, Lisbon, Portugal.

LAMBREGTS, B. (2006). Polycentrism: Boon or Barriage to Metropolitan Competitiveness? The Case of the Randstad Holland. *Built Environment, Architecture and Planning Publications*, v. 32, n. 2, p. 114-123.

LENCIONI, S. (2008). Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. *Revista de Geografia Norte Grande*, 39, p. 7-20.

MEIJERS, E.; ROMEIN, A. (2003). Realizing potential: building regional organizing capacity in polycentric urban regions. *European urban and regional studies*, 10 (2), p. 173-186.

MIGNOT, D. et al. (2010). Formas urbanas, movilidad y segregación. *Urban Public Economics Review*, n. 12, p. 73-104.

MONTESSORO, C. C. L. (1999). *Shopping centers e (re)estruturação urbana em Presidente Prudente-SP*. 1999. 167f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PESSOA, R. P. P. (2011). Em busca de uma definição de policentrismo urbano para as metrópoles brasileiras. *Revista Paranense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 120, p. 297-318.

PONTES, B. M. S. (2006). As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, p. 327-346.

PORTO-SALES, A. L. (2014). *A situação espacial de franquias na América do Sul: morfologia e centralidade urbana em cidades médias na Argentina, Brasil e Chile*. 281 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

RIVERA, M. T. G.; YSERTE, R. G.; ÁGUILA, M. V. (2010). *Cambios territoriales en la Comunidad de Madrid: policentrismo y dispersión*. EURE, v. 36, n. 107, p. 5-26.

ROCA, J.; ARELLANO, B.; MOIX, M. (2011). Estructura urbana, policentrismo y sprawl: los ejemplos de Madrid e Barcelona. *Ciudad y territorio: Estudios territoriales*, n. 168, p. 299-321.

SALGUEIRO, T. B. (1997). Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada. *FINISTERRA*, XXXII, 63, p. 179-190.

\_\_\_\_\_. (1996). *O consumo como motor de reestruturação urbana*. Instituto de Estudos Geográficos (ed.). Dinamismos sócio-econômicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva, Coimbra, IEG, 1996, p. 435-452.

SANTOS, M. (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

\_\_\_\_\_. (1985). *Espaço e método*. São Paulo: Hucitec.

\_\_\_\_\_. (1994a). *Metamorfoses do espaço habitado*. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec.

\_\_\_\_\_. (1994b). *Por uma Economia Política da Cidade*. São Paulo: Hucitec.

\_\_\_\_\_. (1994c). *Técnica, Espaço, Tempo*. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec.

SILVA, W. R. (2017). Shopping centers e redefinição de centralidade em cidades médias. In: MAIA, D. S.; SILVA, W. R.; WHITACKER, A. M. (orgs.). *Centro e centralidade em cidades médias*. São Paulo: Unesp – Cultura Acadêmica, p. 227-285.

\_\_\_\_\_. (2009). Cidades médias, redefinição da centralidade e os dois circuitos da economia urbana. In: SANFELIEU, C. B.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado/ As cidades médias ou intermediárias em um mundo globalizado*. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, p. 125-144.

SPOSITO, M. E. B. (2001). As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: [s.n.], p. 606-643.

\_\_\_\_\_. (2007). Cidades médias: reestruturação da cidade e reestruturação urbana. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 233-253.

- \_\_\_\_\_. (2010). Multi(polí)centralidade urbana. In: SPOSITO, E. S.; SANT'ANNA NETO, J. L. (Org.). *Uma Geografia em Movimento*. São Paulo: Expressão Popular, p. 199-228.
- \_\_\_\_\_. (1999). Multi(poly)centralité urbaine. In: SOUZA, A. J. et al (Org.) *Industrie et Aménagement*. Paris: L'Harmattan, 1999, p. 259-286.
- \_\_\_\_\_. (2013). Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. *A cidade contemporânea*. Segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 61-94.
- \_\_\_\_\_; GÓES, E. M. (2013). *Espaços residenciais fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora Unesp.
- TAYLOR, P.; EVANS, D.; PAIN, K. (2006). Organization of the polycentric metropolis: corporate structures and networks. In: HALL, P.; PAIN, K. (orgs.). *The polycentric metropolis: learning from mega-city regions in Europe*. Londres: Earthscan, p. 53-64.
- WHITACKER, A. M. (1991). *A produção do espaço urbano em Presidente Prudente: expansão/desdobramento da área central*. Presidente Prudente, Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.
- \_\_\_\_\_. (1997). *A produção do espaço urbano em Presidente Prudente: uma discussão sobre a centralidade urbana*. 318 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- \_\_\_\_\_. (2017). Centro da cidade: consolidação e expansão. In: MAIA, D. S.; SILVA, W. R.; WHITACKER, A. M. (orgs.). *Centro e centralidade em cidades médias*. São Paulo: Unesp – Cultura Acadêmica, p. 179-198.